

Ciberdemocracia em Portugal - Estratégias de Comunicação Política 2.0 no sítio da Assembleia da República

Rosália Rodrigues
Universidade da Beira Interior

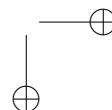
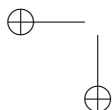
Introdução à Ciberdemocracia

O SURGIMENTO DE CIBERESPAÇOS PÚBLICOS altera as formas de fazer política e num regime democrático vai também trazer consequências na forma de exercer a Democracia. No ciberespaço a Democracia evolui de representativa para directa. Como um novo canal de comunicação bidireccional, a Internet pode fortalecer e enriquecer as relações entre os cidadãos e as organizações intermediárias, incluindo os partidos políticos e os meios de comunicação social.

A Internet pode, de facto, ampliar a participação na vida pública, ultrapassando barreiras políticas, especialmente para muitos grupos actualmente marginalizados, facilitando a capacidade dos cidadãos para reunir informações sobre a campanha, para mobilizar as redes comunitárias e para fazer *lobby* dos representantes eleitos. Por outro lado, a Web facilita a Democracia directa através de referendos e do voto directo, uma metodologia que num futuro próximo se poderá tornar viável. Citando Anthony Wihelm: «Cyberspace represents another place in wich people can communicate politically. Though new venues, people can engage in many sorts of political activity, such as joining interest groups, voting in elections, or participating in political forums.»¹

Mas, será que os novos *media* redundam apenas em benefício da Democracia, nada acrescentando ao que já existe, ou introduzem novas formas de lidar com as questões e até mesmo novas formas de relacionamento social autoritárias? Para já, as respostas a estas questões ainda se encontram em aberto,

¹Cit. Wihelm, Anthony, *Virtual sounding boards: how deliberative is online political discussion?* in Loader, Brian D., *Digital Democracy and Decision Making in the Information Age* (2002), London: Routledge, p. 154. «O ciberespaço representa outro lugar onde as pessoas podem comunicar os assuntos políticos. As pessoas podem envolver-se em várias actividades políticas, tais como juntar-se a um grupo, votar em eleições, ou participar em fóruns políticos».



no entanto tudo indica que sim, uma vez que as cibercomunidades organizam-se e actuam como “inteligência colectiva”, tomando decisões reflectidas em conjunto. Pois, se os outros *media* sugerem sobre o que pensar, a Web apenas sugere a forma de pensar. E essa forma assumirá as características do meio. Essa forma de cogitar será, então, interactiva, directa, reflectida e participativa. É neste aspecto que o meio se torna na mensagem.

A Política e a Tecnologia

Alguns críticos dos meios de comunicação assumem teorias que vêm os *media* como entraves à reflexividade e ao debate da opinião pública. É o caso de Habermas que sustenta que os *media* electrónicos reduzem a democraticidade, uma vez que tiram a capacidade de reflexão das pessoas.² Na sua *Teoria da Acção Comunicativa* idealista, Habermas confere um potencial emancipatório aos *media*, na medida em que fornecem as bases de reflexão aos indivíduos, mas não lhes reconhece a manifestação de pretensões de validade, apenas respostas como sim/não, não sendo por isso uma esfera pública democrática, mas considera os sujeitos actores capazes de resistir às imposições mediáticas.

Em *Perspectives on citizen democratisation and alienation in the virtual public sphere*, a autora britânica Anna Melina, refere que a esfera pública de Habermas, em que a interacção entre os actores sociais e o diálogo reflexivo, confinado outrora a uma elite de burgueses, poderia ser alargado com a ajuda das Novas Tecnologias da Comunicação e Informação. As esferas públicas podem multiplicar-se graças às TICs que permitem, por sua vez, uma participação directa e uma comunicação mais personalizada, facto também apontado por Howard Rheingold.³ Um aumento da participação dos cidadãos

²Cf. Habermas, Jürgen, *The Structural Transformation of the Public Sphere* (1962) Cambridge: MIT Press, p. 32.

³Cf. Loader, Brian, & Hague, B., *Digital Democracy, Discourse and Decision Making in the Information Age* (2002), New York: Routledge, pp.25-27.«(...) Democracy and technology affect one another, he rejuvenates the idea of a “social commons”, and highlights new possibilities for the social order, even suggesting that public electronic networks represent a new form of ‘digital democracy’ as a result of their emphasis on citizen-to-citizen communication.»

e autonomia democrática contribuem para a liberdade e igualdade das pessoas, que se tornam mais capazes de tomar decisões.

Já Held referiu o facto da liberdade e igualdade individual serem direitos melhor alcançados em sociedades participativas, que promovam o senso de eficácia política e que nutram uma preocupação colectiva dos problemas, contribuindo para a formação de cidadãos conhecedores que se interessem pelo processo de governo.

Para Walter Benjamim, os *media*, nomeadamente o cinema, encoraja hábitos culturais analíticos, pois os meios assentam em princípios de reversibilidade e não em posições hierárquicas fixas, no entanto aponta para o facto de os processos democratizantes dos *media* dependerem do seu modo de realização.⁴

De facto, os cidadãos só sentem necessidade de intervir quando lhe parece que as decisões governamentais interferem nas suas próprias vidas. As TICs são capazes de fornecer mais informação aos cidadãos, não só em quantidade e qualidade, bem como na facilidade com que se pode aceder a ela, suscitando o seu interesse. Além disso, na tentativa de melhorar os recursos de alguns grupos sociais e sustentar uma participação mais directa dos cidadãos, podem incrementar ferramentas para a regulação de instituições sociais, incluindo a comunidade local e de trabalho.

Os primeiros passos para a existência da Democracia electrónica foram dados logo no início do aparecimento da rede e das primeiras comunidades virtuais, nos anos 70. Não obstante, a eventual substituição da Democracia representativa pela Democracia directa, utilizando o ciberespaço como veículo, mantém-se ainda na quimera dos optimistas do ciberespaço.

A transformação das cidades em *cidades digitais*, no ciberespaço, é já uma realidade. Estas permitem aceder a serviços e recursos administrativos das cidades territoriais, facilitando determinados processos burocráticos. Em Portugal temos o exemplo do site da cidade de Aveiro, criado em 2003- «Aveiro Digital» (<http://www.aveiro-digital.pt/>).⁵

⁴Cf. Benjamim, Walter, *Sobre Arte, Técnica, Linguagem e Política* (1992), Lisboa: Relógio d'Água Editores, pp.98-110.

⁵Outro projecto, em Portugal, é o das *Cidades e Regiões Digitais*, financiado pelo POS-Conhecimento, que tem o propósito de «desenvolver a Sociedade de Informação e do Conhecimento ao nível regional de forma a criar competências regionais aplicadas que criem valor económico para a região, aumentem a qualidade de vida dos seus cidadãos e pro-

As cidades digitais disponibilizam várias informações sobre a sua geografia, locais turísticos, mapas interactivos, informações culturais e ligações a vários *links* de interesse sobre o poder local, saúde, justiça, etc. No entanto, nos *sites* das cidades digitais ainda não se encontram espaços interactivos para os cidadãos, onde eles possam debater assuntos ou expor em aberto as suas opiniões. Ao contrário da Cidade Digital de Amsterdão (<http://www.dds.nl/>), uma das pioneiras cidades digitais do ciberespaço, que surgiu em Janeiro de 1994.

As Cidades Digitais são projectos governamentais, privados ou da sociedade civil, que visam criar uma representação na Web de um determinado lugar. A *Cidade Digital de Amsterdão, DDS (De Digital Stad)* foi criada por uma organização civil e transformada em entidade de utilidade pública. De início, o projecto estava previsto funcionar apenas durante algumas semanas, no entanto, o êxito que teve fez com que se construísse uma comunidade ligada em rede. A DDS transformou-se num novo conceito de esfera pública, onde se agruparam instituições locais, organizações de base e redes informáticas que visavam, sobretudo, o desenvolvimento da expressão cultural e a participação e dinamização da sociedade civil. A DDS organizou-se virtualmente em vivendas, praças, quiosques, cafés, centros de arte digitais e até mesmo *sexshops*. Nesta cidade, os cidadãos poderiam optar por morar numa rua, escolher a casa onde queriam habitar e podiam assumir uma identidade. Outro tipo de cidade digital refere-se a modelagens 3-D a partir de Sistemas de Informação Espacial (SIS, Spacial Information System e GIS, Geographic Information System) para criação de simulação de espaços urbanos, como o *Google Earth*.

Anthony Wilhelm refere cinco aspectos que estão inerentes à esfera pública política e são eles a «topografia» como o coração da esfera pública, sendo que este é o local ou espaço onde as pessoas se reúnem para discutir os assuntos políticos, formar opiniões e planear as acções. A «actualidade»,

movam a competitividade das suas empresas e o seu desenvolvimento sustentado” (www.cidadesdigitais.pt). O projecto já se tornou um caso de estudo, devido ao sucesso que está a fazer em algumas regiões, como no Algarve (<http://www.algarvedigital.pt/>). A Cisco – «Multinacional reconhecida pela oferta de soluções tecnológicas no mercado das redes e comunicações» – reconheceu o *Algarve Digital* como um *case study* devido aos ganhos obtidos com a partilha de conhecimento e economia de escala. *Algarve Digital* é um portal com informações gerais, serviços e representação política sobre uma determinada área urbana.

como segunda característica, é o conteúdo discutido; a «inclusão» diz respeito à oportunidade que todos têm em participar no debate dos assuntos públicos; o «desenho» faz parte da arquitectura dos *sites*, também muito importante para atrair os utilizadores, que contribui para o desenvolvimento da participação destes, uma vez que pode facilitar ou inibir o acesso. Aliás, sobre este aspecto, Nixon e Johansson já tinham sublinhado a dificuldade que é de passar para um ecrã a mensagem política, combinando todos os elementos de forma a não desviar o conteúdo da mensagem que se pretende transmitir. «When you are a political party within a society which is way too complex to perceive, an ideology and the various statements on issues are extremely difficult to put on the screen and there is no simple way to create a web appearance.»⁶ Por fim, a «deliberação» é a característica que define a possibilidade de discutir as opiniões e de as validar.⁷

Mas, as verdadeiras cibercidades serão aquelas onde, independentemente da sua estética, se possa exercer, de forma democrática, a cidadania e a participação cívica, pois essa estética serve apenas para tornar a interacção com a tecnologia mais apelativa e sedutora. É indiferente que uma cidade digital tenha as mesmas ruas que a cidade territorial. O importante é que facilite os processos burocráticos e de deslocamento, a que estamos sujeitos no dia-a-dia, e que resolva definitivamente as questões que os governados mantêm, obrigatoriamente, com os seus governos, contribuindo para o desenvolvimento democrático.

A *Democracia Digital* consiste, segundo Hackers e Van Dijk, na aplicação das Novas Tecnologias de Comunicação, seja a Internet, *broadcasting*, ou telemóvel para reforçar a política democrática, no que diz respeito à participação dos cidadãos nos assuntos que concernem à política. Os termos mais utili-

⁶Cit. Nixon, Paul & Johansson, H., *Transparency through technology: the internet and political parties*, in Loader, Brian, *Ibidem*, p. 143. «Quando se é um partido político inserido numa sociedade onde os caminhos a seguir são bastante complexos, as ideologias e os vários estados são difíceis de colocar num ecrã, não é fácil criar uma aparência na Web que seja consonante com essa complexidade».

⁷Cf. Wihelm, Anthony, *Virtual sounding boards: how deliberative is online political discussion?* in Loader, Brian D., *Digital Democracy and Decision Making in the Information Age* (2002), London: Routledge pp.155-156.

zados para definir a democracia que se pratica no ciberespaço são “democracia virtual”, “Teledemocracia”, “Democracia Electrónica” e “Ciberdemocracia”.⁸

Hackers e Van Dijk preferem usar o termo “Democracia Digital”, porque, para eles, é o que melhor define a Democracia que se serve da Comunicação Mediada por Computador (CMC) e das TICs para se fazer valer. Assim, a Democracia Digital tenta tirar partido, ao máximo, das potencialidades dos novos meios de comunicação digitais, ultrapassando os limites temporários, de espaço e outras condições físicas, sendo as TICs ou a CMC complementares, e não substitutas, das práticas políticas tradicionais.⁹ Esta definição de Democracia Digital aproxima-se da de Ciberdemocracia, pois esta deve servir-se das tecnologias para facilitar os processos que lhe são inerentes, mas deve ir mais além, deve reorganizar todas as práticas, reformulá-las.

O potencial dos computadores para a comunicação humana e, portanto, para a Democracia Digital, só começou a realizar-se, em pleno, em 1990 com a rápida difusão da Internet. São as características do meio que lhe conferem o seu estatuto de canal comunicativo interactivo, rápido e instantâneo e, por conseguinte, exemplar para um exercício democrático idealizado tantas vezes.

Assim, serão as TICs e a CMC novas formas de comunicar evolucionárias ou revolucionárias para a Democracia? Para respondermos a esta questão teremos de analisar se as práticas comunicacionais mediadas por computador, ou se as novas tecnologias complementam o exercício da Democracia, ou se criam novas formas democráticas. Isto é, a relação entre a Democracia territorial e a virtual é feita por substituição, ou por articulação? Produzem, de facto, as TICs efeitos na prática democrática?

De facto, o mundo virtual abre azo a novos tipos de exercício político e de gestão e administração pública.¹⁰ Se a Democracia digital anuncia um tipo totalmente novo de prática na política, gestão e administração pública, e

⁸Cf. Hackers, Van Dijk, (2000), *Ibidem*, p.1. “Digital democracy is the use of information and communications technology (ICT) and computermediated communication (CMC) in all kinds of media (e.g. the Internet, interactive broadcasting and digital telephony) for purposes of enhancing political democracy or the participation of citizens in democratic communication.”

⁹Cf. Hackers, Van Dijk, (2000), *Ibidem*, p.30. «We define digital democracy as a collection of attempts to practise democracy without the limits of time, space and other physical conditions, using ICT or CMC instead, as an addition, not a replacement for traditional 'analogue' political practices.»

¹⁰Cf. Hackers, Van Dijk (2000), *Ibidem*, p. 30.

se se tornasse prática dominante, a cultura básica da política como acção e comunicação também iriam mudar substancialmente. Van Dijk enumera em nove, as principais vantagens da CMC e o uso das TICs pelos indivíduos, no seu direito ao exercício de cidadania e participação democrática:

- a) As TICs aumentam a escala e velocidade da informação, contribuindo para a formação e informação dos cidadãos;
- b) A participação política é facilitada e alguns obstáculos como a apatia, a timidez, deficiência, tempo, etc., podem ser reduzidos;
- c) A CMC cria novas formas de organização da informação, grupos específicos de discussão, sendo uma comunicação mais customizada;
- d) A Rede permitirá novas comunidades políticas de livre intervenção;
- e) Um sistema hierárquico político torna-se mais horizontal;
- f) Os cidadãos terão mais voz na criação das próprias agendas de governo;
- g) A CMC irá ajudar a remover mediadores de distorção como jornalistas, e representantes partidários, sendo os actores políticos a assumir o papel jornalístico;
- h) Os políticos ficam mais aptos a responder e interagir directamente com os cidadãos, personalizando a comunicação, o que se torna vantajoso para as estratégias de marketing político;
- i) As TICs e a CMC vão ajudar a resolver os problemas da democracia representativa, como bases territoriais das circunscrições, etc.

Deste modo, as características apresentadas por Van Dick coincidem com os princípios estabelecidos por Held, no modelo de Democracia Deliberativa Autónoma. Pois, este inclui uma comunicação mais rápida, mais participativa e interventiva, mais organizada, mais representativa e com possibilidade de deliberação. Além destas características Van Dick refere o facto de as TICs possibilitarem a participação dos cidadãos na formação da agenda política, ou seja, depositarem os seus interesses no debate público.

Mas, falar numa Ciberdemocracia que funcione em cibercidades, no ciberespaço, urge repensar todas as formas de organização social e em novas regras. Desde logo, é necessário assumirem-se compromissos de autenticidade e veracidade das informações. As questões de segurança são as que levantarão mais obstáculos para a concretização dos processos sociais via Internet. Por exemplo, no caso do voto electrónico é difícil obter garantias de que o voto não foi coagido. Tecnicamente os cidadãos já podem votar electronicamente, o voto electrónico pode ser utilizado em diversas situações, sobretudo, em sondagens e diferentes experimentações políticas, em diversos sítios da Web, para referendar a opinião dos cidadãos.

Deste modo, para que as cibercomunidades, as cibercidades, as ciberdemocracias possam funcionar será crucial que as mentalidades se alterem nesse sentido, começando logo pelas ciberidentidades se formarem com base numa cibercultura reflectida e bem ponderada, para que se saiba agir e inter-agir no ciberespaço.

As TICs e a CMC serão revolucionárias para a Democracia se as práticas democráticas se reorganizarem, através de uma articulação do espaço territorial com o ciberespaço.

Para Pierre Lévy, à semelhança do Modelo Deliberativo Cosmopolita de Held, a administração do Estado mundial prestaria todos os seus serviços no ciberespaço, em que a gestão dos recursos humanos seria feita com base num «inventário das competências efectivas» e não em definições de lugares, de modo a que seja dentro do ciberespaço que se organizem liberalmente as competências e conhecimentos dos intervenientes. Essa administração estaria centrada no diálogo reflexivo, na circulação de informação entre os diferentes serviços e no serviço aos cidadãos. Esta gigantesca comunidade seria, então, composta por activistas, investigadores, líderes de opinião, especialistas e partes interessadas que formam a “inteligência colectiva” de um futuro “governo global”. Mas, Lévy chama a atenção para a passagem de uma política de poder para uma de potência. Em que o poder do Estado seria substituído pelo vigor gerado no seio dessa inteligência colectiva.¹¹

Numa governação electrónica existirá uma contínua melhoria dos procedimentos de participação democrática, em que a mediação entre os cidadãos é feita por um “comandante colectivo” e em que não se trata mais de uma

¹¹Cf. Lévy, Pierre, *Ciberdemocracia* (2003), Lisboa: Instituto Piaget, pp. 181-182.

governança de uma parte da sociedade por outra, ou da resolução de eventuais obstáculos externos existentes, porque tudo funciona como um todo global. A Ciberdemocracia funcionaria a nível global e estabeleceria uma deliberação mundial, sobre assuntos que interessam a toda a humanidade.

As TICs são consideradas relevantes nos planos económico e cultural, sobretudo nas áreas marginalizadas, incentivando o desenvolvimento de iniciativas que rejuvenesçam as comunidades.¹² A nível local a utilização das ferramentas tecnológicas, por parte dos cidadãos e das autoridades locais, contribuem para a partilha das necessidades e preocupações da cidadania. As diversas actividades que se podem proliferar, através das TICs, podem contribuir para dinamizar tanto o comércio, como as infra-estruturas, como as forças centralizadas.¹³

No entanto, a informação tem de ser bem colocada na Web, e para isso devem existir locais apropriados, institucionalizados, para que a informação não se perca nem em quantidade, nem em qualidade, contando que as fontes de informação devem ser promovidas pelo próprio Estado. Apesar do rápido e nefasto desenvolvimento tecnológico, as infra-estruturas têm, ainda, que ser melhoradas, a fim de providenciarem a segurança necessária para a transição de informação, a autenticidade desta, bem como os vírus que circulam na rede, ou ainda o acesso a banda-larga. Obstáculos que podem limitar, também, as potencialidades da Web no exercício da Ciberdemocracia.

Neste sentido, as novas tecnologias de comunicação e informação devem capacitar os mais desfavorecidos, ampliando os limites existentes nas democracias reais, alargando a qualidade do debate político e a sua participação e devem aproximar os cidadãos dos centros de poder.

Uma vez que o acesso à Internet é democrático e qualquer pessoa no mundo, acedendo ao meio e tendo a literacia necessária, pode publicar o que quiser na rede, este facto resulta numa massificação do discurso. A própria experiência dos cibernautas, ao navegarem na rede acedendo às diversas informações disponíveis e aos locais de participação democrática, traduz-se numa revitalização do exercício democrático, que assim se torna mais dinâ-

¹²Cf. Malina, Anna, *Perspectives on citizen democratisation and alienation in the virtual public sphere*, in Loader, B., *Ibidem*, p.35.

¹³Cf. Malina, *Ibidem*, pp. 37-38.

mico, mais prático e interactivo e ao mesmo tempo ajuda a clarificar a Democracia tornando-a mais transparente.¹⁴

Não obstante, o potencial do ciberespaço torna-se ameaçador para alguns países, tais como o Irão, China ou a Malásia, que consideram a Democracia imanente à Web uma verdadeira ameaça para os seus regimes, ou para a proliferação de práticas terroristas, tendo já tomado algumas medidas restritivas de acesso dos seus cidadãos à rede.¹⁵ Na Líbia chegou mesmo a ser proibida, pelo ditador Kadhafi, após a insurreição dos líbios perante o regime vigente. Por outro lado, existe o risco da constante vigilância que corremos ao navegar na Web e a sentinela a que estamos sujeitos, tanto por agentes de forças estatais como comerciais.¹⁶ Por isso, a Internet é considerada um veículo, bastante sofisticado, de manipulação da opinião pública, relativamente aos outros *media*.¹⁷ Essa vigilância constante, a que somos submetidos, permite traçar o nosso perfil, descortinar a nossa ciberidentidade, através das páginas que consultamos, das compras que fazemos, das transacções que efectuamos. E se cada cibernauta tivesse um *chip*, seria possível conhecer tudo aquilo que faz no ciberespaço.

No entanto, quando os cibernautas assumem o papel de ciberconsumidores, acabam por entrar numa lógica de mercado que empobrece os conteúdos disponibilizados na rede. Pois o que passa a estar em causa é “o preço que os consumidores estão dispostos a pagar para terem um determinado produto”. Os direitos de autor e as polémicas que se têm gerado em torno desta questão, são exemplos de que as pessoas não estão dispostas a pagar muito para aceder a determinados conteúdos na Internet.

A World Intellectual Property Organisation (WIPO) sustenta que cada consumidor deve pagar para aceder a cada produto e aos conteúdos dos *media*

¹⁴Cf. Moore, R., *Democracy and Cyberspace*, in Loader, B., *Ibidem*, pp.40-41. «Netizens experience this global commons as a democratic renaissance, a flowering of public discourse, a finding-of-voice by millions who would otherwise have had no available means of public expression. Like-minded people can virtually gather together, across national boundaries and without concern for time-zones. Information, perhaps published in an obscure leaflet in an unknown corner of the world, is suddenly brought to the attention of thousands worldwide-based on its intrinsic interest-value.»

¹⁵Cf. Moore, *Ibidem*, pp.41-42.

¹⁶Cf. Moore, *Ibidem*, p.49.«Rather than the realization of the democratic dream, cyberspace may turn out instead to be the ultimate Big-Brother nightmare.»

¹⁷Cf. Moore, *Ibidem*, pp.48-49.

e será ilegal fazer uma cópia desses conteúdos, ou mesmo enviá-la a alguém.¹⁸ Os riscos de publicação de informações falsas e difamatórias, a pirataria e a pornografia, são os maiores problemas que a cibercultura enfrenta, dentro de um espaço virtual onde cabe tudo.

Mas, não podemos descurar as possibilidades trazidas pelo ciberespaço. Tal como acontece com as outras armas produzidas pelo homem, que podem ser usadas tanto em benefício da humanidade como para a sua destruição, vamos fazer dos ciberlocais espaços de alargamento do discurso racional em prol de uma Democracia mais aberta, mais directa e reflexiva. «The use of electronic networking to bring about a more direct form of democracy, to short-circuit the representative process and look more to net-supported plebiscites and 'official' online in deciding issues of government policy.»¹⁹

Democracia Ciberespacial

O ciberespaço deve ser o local que estende o tapete vermelho a qualquer cidadão, aproximando os representantes dos representados, em benefício de todos. Não esquecendo, contudo, que o ciberespaço é antes de mais um supermercado global, onde os princípios de mercado circulam na mesma direcção da democratização do acesso a todos os produtores e a todos os consumidores, o que se pode tornar contrário à democracia, segundo a perspectiva da oligarquia de Michels, pois geram-se forças oligárquicas e de interesse que vão denegrir os princípios básicos da democracia, nomeadamente a liberdade e igualdade dos cidadãos. Dado que os mercados conhecem bem as fragilidades dos consumidores, estudando bem o perfil de cada um.

Assim, para Richard Moore a «Democracia Electrónica» é comparável a uma espada de dois gumes: o ciberespaço tanto pode dar voz ao homem e à mulher comum, como pode ser o veículo de implementação de políticas de governos corruptos, de tal forma, que nem se poderia responsabilizar alguém por este facto, pois o acesso democrático de todos facilita a exposição dos cidadãos a determinadas informações menos benéficas.²⁰ De facto, a rede

¹⁸Cf. Moore, *Ibidem*, pp.53.

¹⁹Cit. Moore, *Ibidem*, p. 55 «A utilização da Internet para o exercício de uma Democracia mais directa, de curto-circuito no processo de representação, focando mais os plebiscitos e debates Online, como suportes para ajudar em decisões governamentais.»

²⁰Cf. Moore, *Ibidem*, p.56.

pode ser explorada e controlada tanto pelas autoridades locais, como pelo sector privado e, ainda, pelos cidadãos.²¹ É o meio que melhor replica a tradicional comunicação cara-a-cara.

A resolução dos problemas de acessibilidade e a literacia digital são fundamentais para incluir todos os cidadãos no processo de Ciberdemocracia. «Gaining access to the network is about gaining access to the opportunities that flow from it.»²² O mesmo é dito por Trevor Locke, que sublinha o facto de a Web facilitar o acesso à informação e à participação, logo às oportunidades que decorrem na Internet.²³

Alguns estudiosos chamam a atenção para outro facto: o das TICs podem reforçar o poder de algumas estruturas e, deste modo, em vez de descentralizarem o poder contribuem para a sua re-centralização.²⁴ Docter e Dutton afirmam claramente que as TICs contribuem para os cidadãos acederem à informação política, bem como os políticos, reconfigurando as relações de poder inerentes à sociedade. Paul Nixon e Hans Johansson chamam a atenção para a acessibilidade se tonar um grande obstáculo ao desenvolvimento da democracia digital. Por outro lado, o facto de algumas pessoas não acederem à Internet pode criar outras formas de controlo e de poder. Contudo, os políticos não podem ficar alheios ao facto da Web aumentar a possibilidade de participação dos cidadãos, sobretudo de grupos excluídos. Apesar de nem todos acederem, aqui para a frente esse problema vai-se atenuando e mesmo as novas gerações estão a preparar-se para o futuro e são cada vez mais os utilizadores da Web e, mais ainda, os jovens utilizadores. «This world change as a computer literate generation of children today became the voters and activists of tomorrow.»²⁵ Assim, uma vez que a geração de cibernautas de hoje vão ser

²¹Cf. Locke, Trevor, *Participation, inclusion, exclusion and netactivism: how the internet invents new forms of democratic activity*, in Loader, Brian, Barry, A., *Digital Democracy, Discourse and Decision Making in the Information Age* (2002), London and new York: Routledge, p.213.

²²Cf. Locke, *Ibidem*, and p.212. «Ter acesso à rede significa ter acesso às oportunidades que existem».

²³Cf. Locke, *Ibidem*, p.212.

²⁴Cf. Docter, Sharon & Dutton, William, *The social shaping of the Democracy Network (DNet)*, in Loader, *Ibidem*, p. 223.

²⁵Cit. Nixon, Paul, & Johansson Hans, *Ibidem*, p.150. «O mundo muda de tal forma, pois a nova geração alfabetizada dos computadores de hoje vai ser a geração de activistas e votantes de amanhã.»

os activistas políticos, futuros cidadãos-eleitores de amanhã, os políticos têm de preparar-se para saber comunicar com todos.

Mas, uma Democracia mais participada não significa que seja qualitativamente superior à Democracia Representativa, pois é necessário que os participantes tenham interesse pelos assuntos políticos e que tenham também conhecimento suficiente para ponderar e reflectir sobre esses assuntos. Este facto já foi apontado anteriormente. Era também o que reclamavam os filósofos da antiguidade grega, tais como Platão, um verdadeiro democrático, mas que não aceitava que qualquer pessoa pudesse falar sobre os assuntos da *polis*. Assim, o facto de as TICs aumentarem as possibilidades de participação, implica que seja necessário, também, garantir que essa mesma participação tenha qualidade. A liberdade de participar levanta outras questões tais como a segurança e ética de participação. Tem de criar-se um sistema que controle as mensagens que são introduzidas na Web, mesmo discursos pouco éticos, obscenos ou difamatórios. Esta é sem dúvida a maior ameaça à Democracia, pois não se pode proibir a colocação de um conteúdo na Internet, nem proibir o acesso ao meio de uma pessoa, no entanto permitir tudo é transformar o sistema democrático numa anarquia sem ré nem ró, sem credibilidade e não viável.

Já Coleman salienta o aspecto dos novos *media*, apesar das suas características democráticas, não implicarem uma melhoria na Democracia se não existir uma cultura política por detrás de quem utiliza as TICs. «Even so, there is no automatically democratic character to the new media, democratic practice must be established within political culture, not depend upon as if were an inevitable property of a technological package».²⁶ Mas acrescenta que, sem dúvida alguma, que o facto das TICs facilitarem o acesso à informação ajuda os cidadãos a fazerem melhores escolhas. «For true, inclusive democracy to exist, the whole population must have equal access to information to make choices effectively and equitably... The vitality of political debate could be reinvigorated through more use of direct democracy.»²⁷

²⁶Cit. Coleman, Stephen, *Cutting out the middle man: virtual representation to direct deliberation*, in Loader, *Ibidem*, p. 197. «De qualquer forma, não existe um carácter totalmente democrático nos novos *media*, uma prática democrática deve ser estabelecida de acordo com uma cultura política, não é uma qualidade inevitável das tecnologias».

²⁷Cit. Coleman, *Ibidem*, p. 199. «Na verdade, até mesmo para existir a Democracia, todas as pessoas devem ter igual acesso à informação para poder fazer escolhas razoáveis e equitativas... a vitalidade do debate político poderia revigorar mais o uso da democracia directa».

Todos nós sabemos que para que qualquer Estado subsista é necessário que certos procedimentos se mantenham em segredo. Nem tudo tem se ser dito, visto ou ouvido, sob a ameaça de determinadas decisões não se virem a concretizar. O bom senso da inteligência colectiva deve estar sempre activo, caso contrário ela não sobreviverá e não saberá comandar o sistema.

Tal como afirmam Fernando Corbato e Robert Fano, «The time computer system can unite a group of investigators in a co-operative search for the solution to a common problem, or it can serve as a community pool of knowledge and skill on which anyone can draw according to his needs. Projecting the concept on a large scale, one can conceive of such a facility as an extraordinarily powerful library serving an entire community, a sort of intellectual public utility.»²⁸

Coleman aponta para o facto dos novos *media* permitirem o diálogo, ao passo que os velhos meios desincentivam a participação dos cidadãos nas campanhas eleitorais. A menor interactividade tornam-nos meros espectadores, diminuindo o seu interesse em estar atento ao qualquer acto comunicativo sobre política.²⁹ No entanto, essa interactividade apontada aos novos *media* já fazia parte dos tradicionais, por exemplo os fóruns abertos na rádio, ou mesmo na televisão. Para ele um fórum de discussão política deve estar aberto a todos os que nele queiram participar e estender a esfera pública do século XIX, confinada à burguesia. A nova esfera pública deve ser impulsionada pelos utilizadores que são, ao mesmo tempo, consumidores e produtores. Por isso, o governo não pode intervir no debate que é levado a cabo pelos utilizadores, controlando o meio, de forma a garantir a credibilidade e legitimidade da deliberação do público.³⁰

²⁸Cit. Corbato, & Fano, *Time sharing on computers, in A Scientific American Book* (1966), San Francisco: Scientific American, p. 76.

²⁹Cf. Coleman, *Ibidem*, pp. 195-197. «There is a form of technological determinism that regards essentially monological media, such as radio and TV, as inimical to public participation, whilst new media, such as the internet, possess inherently dialogical, democratic and libertarian characteristics, allowing political communication to return to the people.»

³⁰Cf. Coleman, *Ibidem*, p. 206. «Os computadores podem unir um grupo de investigadores, ao mesmo tempo, para cooperarem na solução de um problema, ou podem servir para concentrar comunidade com os conhecimentos e habilidades adequadas, sobre a qual qualquer um pode seguir de acordo com as suas necessidades. Projectando o conceito em larga escala, pode-se conceber essa instalação como se fosse uma grande biblioteca extraordinariamente poderosa que servisse toda a comunidade, uma espécie de utilidade intelectual pública».

A actualização das informações é um requisito fundamental para que os *sites* mantenham a sua actividade, e devem também ser confiáveis. «Democratic discussion depends upon reliable information. Nothing would be worse than to establish an appealing forum for public deliberation in which citizens are provided with obsolete, incorrect or biased information.»³¹

Da Democracia Directa para uma Participação Deliberada

Fomos alertando para o facto da Democracia Directa ser um sistema muito pesado e praticamente impossível de realizar-se, tanto quanto maior for o número de envolvidos. Não existem, por isso condições físicas para que tal possa acontecer. Até mesmo o local físico de reunião não abarcaria tanta gente e mesmo que fosse uma praça pública, nenhum orador se conseguiria exprimir para tanta gente. Ora, esse problema está hoje ultrapassado graças ao avanço das novas tecnologias. Na Web encontramos o espaço perfeito, onde as pessoas podem reunir-se, estando alojadas no conforto do seu lar, ou numa esplanada de café, num jardim, ou até mesmo enquanto viajam. Basta para isso ter um dispositivo com acesso à rede. Os custos logísticos são outro obstáculo que é também ultrapassável através da Internet. Já vimos que o acesso ao meio está cada vez mais facilitado e os Estados dos vários países têm contribuído para o alargamento dos públicos que acedem à Web, sendo hoje mais rápida a velocidade com que traficam informação e cada vez menos dispendioso o acesso, a nível monetário.

Para que a Democracia funcione é necessário que exista uma cultura democrática entre os cidadãos. Observando os níveis de abstenção dos cidadãos portugueses nas últimas eleições (cerca de 41%), concluímos que o interesse de participação, desde 1976, tem vindo a diminuir, logo podemos constatar que a cultura política não está muito enraizada na sociedade portuguesa. A propósito Coleman diz: «If enfranchised citizens choose to abstain or not think about how they vote, then elections lose their legitimacy and are ea-

³¹ Cit. Coleman, *Ibidem*, p. 206. «A discussão democrática depende de informação credível. Nada pode ser tão perigoso como estabelecer um fórum de deliberação pública em que os cidadãos estão providos com obsoleta, incorrecta ou informação duvidosa.»

sily manipulated by professional elite, in line with Michels iron law of oligarchy»³².

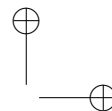
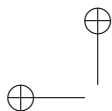
Deste modo, os cidadãos têm de ser reeducados para exercerem a Democracia, esta será uma forma de melhorar o regime. A literacia política implica, neste momento, uma aprendizagem relativa aos novos meios de comunicação. Porque não incluir no sistema de ensino uma disciplina de Ciência Política e Cidadania que acompanhe os alunos, os cidadãos de Portugal, desde o ensino básico até terminarem o secundário. Seria uma forma de cultivar a consciência política e de cidadania dos futuros eleitores e governadores do país.

Se queremos melhorar os regimes democráticos, temos de pensar no alargamento de debate e reflexão dos assuntos políticos, sendo que o ciberespaço é um óptimo potencializador dessa ampliação. Os *sites* políticos aproximam os representantes dos seus representados, pois ajudam os representantes a conhecer os pontos de vista dos cidadãos, as suas experiências de vida, as expectativas das comunidades a que pertencem, as suas posições ideológicas e se confiam ou não nos seus representantes e porquê. Por outro lado, os políticos podem adaptar as suas mensagens a este público, que vão conhecendo através desta interacção.

Uma outra questão muito pertinente colocada por Robert McChesney, remete-nos a pensar para quem controla, afinal, a Internet e com que propósito, já que esta é um meio tão democrático? O que, por outro lado, nos leva a pensar em quem não controla a informação, quem não é privilegiado? E depois, esta questão conduz-nos necessariamente às consequências que advêm desta democratização, qual o impacto social, cultural e político da Web?³³ Sabemos quem controla os outros *media*, só que a Web não é um meio unilateral, já o dissemos e é neste ponto que o meio se poderá tornar um pouco anárquico, ou até mesmo autocrático. Para este autor, o debate público só

³²Cit. Coleman, *Ibidem*, p. 208. «Assim, se os cidadãos emancipados optarem por abster-se ou não pensarem na escolha do seu voto, então as eleições perdem a sua legitimidade e são facilmente manipuladas por uma elite profissional, confirmando a lei de ferro da oligarquia de Michels.»

³³Cf. McChesney, Robert W., *Rich Media, Poor Democracy, Communication Politics in Dubious Times* (1999), University of Illinois Press, p. 124.



será verdadeiramente democrático, até ter a interferência de outros interesses comerciais.³⁴

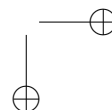
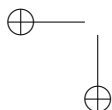
De facto, as novas tecnologias possibilitam criar mecanismos para uma sociedade mais aberta, mais informada, no entanto quando a Web se torna um meio de exploração financeira, isso pode deturpar o meio enquanto proliferador da Democracia e torná-lo num fim puramente comercial. Novamente relembramos que uma arma pode ser usada tanto para a defesa, como para o ataque, tal como as tecnologias podem ser usadas a favor da natureza humana, como para a sua destruição. Assim, também a Web e os ciberespaços podem ser lugares para o aperfeiçoamento das práticas existentes, tais como a Democracia e todas as formas de organização social.

Vamos analisar o portal da Assembleia da República, como exemplo de um ciberespaço que implementa algumas técnicas para o alargamento do exercício democrático, que se traduz em melhoras para a Democracia portuguesa e um bom começo para a prática da Ciberdemocracia em Portugal.

Análise do Site Assembleia da República

O *site* da Assembleia da República (<http://www.parlamento.pt>) contém informações acerca das funções e actividades da AR, bem como espaços de participação para os cidadãos exercerem os seus direitos de cidadania, tais como o Direito de Petição, explanado na Constituição da República Portuguesa.

³⁴Cf, McChesney, *Ibidem*, p. 127. «The key factor is to exercise public participation before an unplanned commercial system becomes entrenched.»

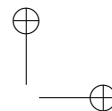
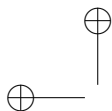




O homem interage com os outros homens, mas também interage com as coisas que o rodeiam. E neste momento, o que mais rodeia o homem são as suas próprias extensões, as tecnologias. Deste modo, quantas mais “coisas” rodearem o homem, mais ele interage, na medida em que mantém uma relação com tudo o que existe, nem que seja uma relação de desprezo.

Baseando-nos no modelo tridimensional de Sally J. McMillan, vamos analisar o grau de interactividade existente no «Espaço Cidadão» do sítio da AR, considerando este o lugar aberto à participação activa dos cidadãos, sendo que estes, para além de receberem informações, podem colocar *inputs* no sistema e obter também um *feedback*.

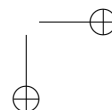
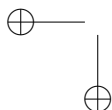
A questão do controlo é fundamental para McMillan e podemos dizer que o controlo da experiência está ligado com o uso e gratificação que são retirados da utilização de um determinado meio de comunicação, por parte do utilizador. O modelo proposto pela autora tem em conta o nível de controlo, que pode ser alto ou baixo, a direcção da comunicação, num ou nos dois sentidos e a natureza da audiência, que pode ser activa ou passiva. Estes pressupostos são de Yuping Liu, que analisou a interactividade existente em páginas Web segundo os três critérios: controlo-activo, direcção da comunicação e sincronia.

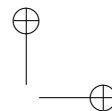
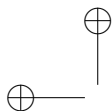


O modelo de McMillan pressupõe três dimensões de relações existentes entre os utilizadores e os *media*.³⁵ Deste modo analisaremos as relações:

- a) *Utilizador-para-utilizador* – diz respeito à forma como os utilizadores interagem entre si, é a comunicação interpessoal. Em relação à direcção da comunicação, esta pode ocorrer num ou nos dois sentidos, variando entre um controlo alto e baixo. Deste modo, quando a comunicação ocorre num só sentido, do emissor para o receptor, o controlo da comunicação por parte do utilizador é baixo, é um «monólogo», não existe *feedback*, já quando este é possível, isto é, quando o receptor tem oportunidade de responder ao emissor, ainda que a comunicação se dê num só sentido, o controlo da comunicação por parte do utilizador é alto. Num «diálogo respondente», onde emissor e receptor recebem e emitem mensagem, o nível de controlo é baixo, pois o emissor tem sempre mais controlo porque foi o primeiro a iniciar a troca. Já num «discurso mútuo» o controlo é igualitário para o emissor e o receptor, a comunicação faz-se nos dois sentidos e o nível de controlo para o utilizador é alto. Isto ocorre nos *chats* ou conversas em tempo real.
- b) *Utilizador-para-documentos* – é a forma como as audiências activas interpretam e utilizam as mensagens dos *media*. Tendo em conta os critérios de nível de controlo (baixo/alto) e a natureza passiva ou activa da audiência, McMillan diferencia o «conteúdo empacotado», o «conteúdo a pedido», a «troca de conteúdo» e a «co-criação de conteúdo».
- c) *Utilizador-para-sistema* – é a interacção que existe entre o utilizador e o sistema, daí a importância do interface na relação homem-máquina. Nesta dimensão a transparência do interface é o ponto crucial para a autora. Tendo em conta o «centro de controlo», que varia entre o homem e a máquina e a transparência do interface, que pode ser aparente ou transparente, definem-se quatro tipos de interactividade: «interacção baseada no computador» em que a comunicação é unidireccional e apenas a máquina transmite informação ao utilizador e a transparência do

³⁵McMillan, Sally J., *Exploring models of interactivity from multiple research traditions: users, documents and systems*, in Leah A. Lievrouw, Sonia Livingstone (org.), *Handbook of New Media. Social Shaping and Consequences of ICTS* (2002), London: Sage, pp.210-219.



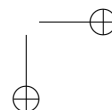
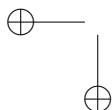


interface é apenas aparente; a «interacção baseada no homem» permite ao receptor emitir uma resposta, o centro de controlo é o homem, mas o interface é também aparente; a «interacção adaptável» é aquela onde emissor e receptor trocam de papéis, o centro de controlo reside na máquina, mas o interface é transparente; e no «fluxo», que é a mais interactiva das comunicações, o centro de controlo é o indivíduo e a transparência do interface é elevada.

Assim, por exemplo nos novos *media* as ferramentas disponíveis permitem ao utilizador ter um controlo maior sobre a sua experiência comunicativa, proporcionando novas formas de controlo. Paulo Serra escreve no seu artigo *Internet e interactividade* que «A vantagem da Internet reside aqui, mais uma vez, no facto de que, (...), sendo ela o meio de comunicação que tem como «conteúdo» todos os outros – constituindo-se como uma espécie de *meta-médium* que reúne, em si e a partir de si, todos os outros *media* –, ela acaba por possibilitar mais a interactividade e mais formas de interactividade do que qualquer outro.»³⁶

Desta forma, para a nossa análise vamos ter em conta as três dimensões de interactividade de McMillan, bem como os pressupostos de Yuping Ling, de forma a podermos clarificar se o sítio da AR criou um ciberespaço muito, ou pouco interactivo, que possa contribuir para o alargamento da Ciberdemocracia portuguesa.

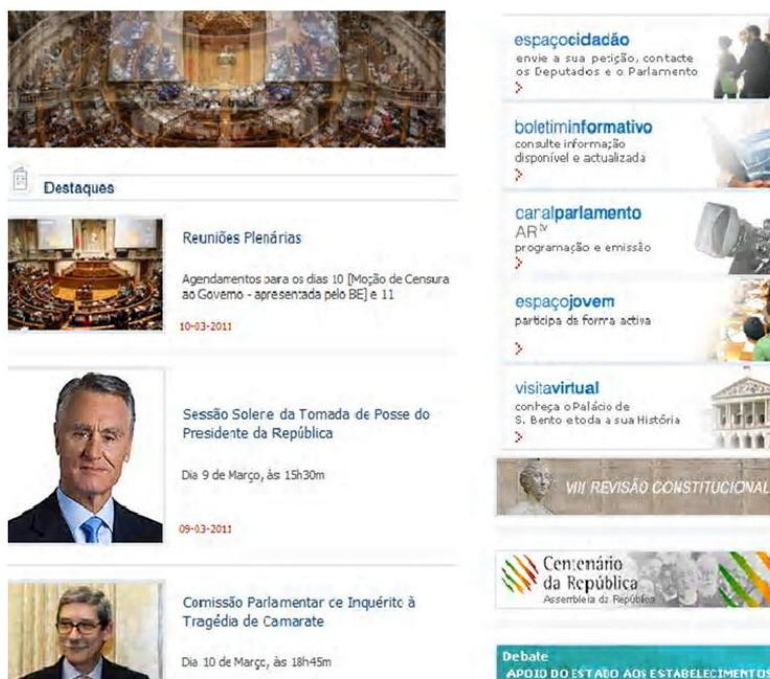
³⁶Cit. Serra, J. Paulo, *Internet e interactividade*, in Eduardo Camilo (Ed.), *Informação e Comunicação Online, Volume II – Internet e Comunicação Promocional* (pp. 13-30) (2003), Covilhã: Universidade da Beira Interior.





Do lado direito da página encontra-se um menu, com os espaços mais interactivos do *site*, pois são aqueles que permitem a participação dos cibernautas, bem como os que têm elementos multimédia, como o «Canal Parlamento», que transmite em tempo-real as actividades que decorrem *in presenza* no espaço físico da Assembleia da República.

A caixa azul destaca o tema do Fórum em Debate que decorre neste momento e durante um período de tempo. Neste espaço os cidadãos podem expressar as suas opiniões e debatê-las entre si. Mas, vamos analisar cada uma das secções, que poderemos considerar, logo à partida, mais interactivas.



espaçocidadão
envie a sua petição, contacte os Deputados e o Parlamento >

boletim informativo
consulte informação disponível e actualizada >

canal parlamento AR^{TV}
programação e emissão >

espaço jovem
participa de forma activa >

visita virtual
conheça o Palácio de S. Bento e toda a sua História >

VIII REVISÃO CONSTITUCIONAL

Cenário da República
Assembleia da República

Debate
APOIO DO ESTADO AOS ESTABELECIMENTOS

Destaques

Reuniões Plenárias
Agendamentos para os dias 10 [Moção de Censura ao Governo - apresentada pelo BE] e 11
10-03-2011

Sessão Solene da Tomada de Posse do Presidente da República
Dia 9 de Março, às 15h30m
09-03-2011

Comissão Parlamentar de Inquérito à Tragédia de Camarate
Dia 10 de Março, às 18h45m

Do lado esquerdo encontra-se o menu principal, onde estão as informações acerca da Assembleia da República, a sua constituição, funções, actividades, relatórios, arquivo e documentação acerca da sua história e de todos os seus dinamismos.

No centro da página, encontram-se os destaques das actividades que estão agendadas a curto-prazo, ou aquelas que assumem uma grande relevância para os cidadãos. De notar que nesta parte do sítio estão dispostos elementos multimédia, nomeadamente fotografias.

> Parlamento
 > Presidente
 > Deputados e Grupos Parlamentares
 > Comissões Parlamentares
 > Intervenções e Debates
 > Fiscalização Política
 > Actividade Parlamentar e Processo Legislativo
 > Assuntos Europeus
 > Relações Internacionais
 > Orçamento do Estado e Contas Públicas
 > Revisões Constitucionais
 > Diário da Assembleia da República
 > Orçamento da Assembleia da República
 > Gestão do Parlamento
 > Arquivo e Documentação
 > Legislação
 > Livraria Parlamentar

Destaques

Reuniões Plenárias
 Agendamentos para os dias 10 [Moção de Censura ao Governo - apresentada pelo BE] e 11
 10-03-2011

Sessão Solene da Tomada de Posse do Presidente da República
 Dia 9 de Março, às 15h30m
 09-03-2011

Nesta imagem visualizamos também a parte central da página, que se encontra por baixo dos destaques. Nela encontram-se os principais pontos da agenda política da AR, os Trabalhos dos Dia, as Iniciativas em Apreciação Pública, Últimas Iniciativas que deram entrada na AR, como os Projectos-lei e os Últimos Textos Aprovados, como os Decretos-lei.

Trabalhos do Dia

- 12:00 - Grupo de Trabalho - Sector Automóvel - Sala 11
- 12:30 - Comissão de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas - Sala 4
- 15:00 - REUNIÃO PLENÁRIA [mas...]

Iniciativas em Apreciação Pública

- Projecto de Lei 516/XI - Revê o regime laboral dos ajudantes familiares. [PCP] De 2011-03-02 a 2011-03-31
- Projecto de Lei 528/XI - Institui medidas transitórias e excepcionais de promoção do emprego. [PSD] De 2011-03-02 a 2011-03-31
- Projecto de Lei 524/XI - Alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de Fevereiro, altera a duração dos contratos a termo. [CDS-PP] De 2011-03-02 a 2011-03-31 [mas...]

Últimas Iniciativas Entradas

- Projecto de Lei 550/XI - Altera o Código contributivo reforçando a protecção social dos pescadores. [PCP] 2011-03-04
- Projecto de Resolução 445/XI - Recomenda ao Governo a integração na Conta Geral do Estado de um conjunto de entidades do sector institucional das administrações públicas. [CDS-PP] 2011-03-04
- Projecto de Lei 549/XI - Altera o Decreto-Lei n.º 141/89, de 28 de Abril, repondo a legalidade na relação de trabalho dos ajudantes familiares. [BE] 2011-03-03 [mas...]

Últimos Textos Aprovados

- Decreto da Assembleia 78/XI - Dispensa gratuita de medicamentos após alta de internamento pelos serviços farmacêuticos dos hospitais que integram o SNS - 2011-02-18
- Decreto da Assembleia 77/XI - Décima quarta alteração do Estatuto dos

O Espaço a que vamos dar ênfase é o «Espaço Cidadão», onde analisaremos o grau de interactividade de utilizador-para-utilizador, utilizador-para-documento e utilizador-para-sistema, bem como o controlo activo que o utilizador tem da experiência de consultar o ciberespaço do *site*, a reversibilidade da comunicação no mesmo e a sincronização da interacção que existe entre os intervenientes.

Em relação ao Perfil dos utilizadores, apenas temos dados indicativos da sua identificação ou não identificação, sendo que quando identificados revelam o nome e a localidade, daí fazer-se uma análise por género de participação e a sua localização. Em relação ao período de análise, estamos a analisar a participação interactiva existente no *site* desde 2004 até à actualidade e vamos fazer uma análise minuciosa e cuidada sobre aquilo que consideramos ser interactivo.

Em relação ao controlo activo dos utilizadores, podemos verificar que ao navegarmos no *site* podemos experimentar determinados sentidos imersivos, no que diz respeito à diversidade de escolhas que podemos efectuar. As informações disponibilizadas permitem-nos consultar as principais actividades da AR. Em relação à funcionalidade do portal, é fácil aceder a um *link* e voltar ao menu principal, ou que faz com que não dispersemos muito no caminho que optamos.

Em relação a direcionalidade da comunicação, o “Espaço Cidadão” é, de facto, aquele que permite uma maior interactividade entre os cidadãos, pois inclui um fórum de debate onde os cibernautas podem expor as suas opiniões e até debatê-las entre eles. Sendo assim, o portal facilita uma comunicação bi-direccional, encoraja à participação dos cidadãos e permite-lhes contribuir para a discussão democrática de assuntos de interesse público. No entanto, os actores políticos não participam na discussão dos debates, sendo que esse contributo apenas pode valer para a avaliação da “opinião dos cibercidadãos”, que não é sinónimo da opinião da maioria, ou da opinião pública.

Por outro lado, em relação à sincronização, o *site* processa o *input* dos cibercidadãos de forma rápida, basta que estes cumpram as regras de participação, que se restringem a um contributo ético. O portal tem um mapa que permite visualizar de forma fácil as opções que o utilizador tem disponíveis, sendo que isso permite-lhe aceder às informações de forma rápida, também. A passagem de uma página para outra, ou o acesso aos hiper-links também é feita de forma eficaz. No entanto, não existe nenhum espaço que possi-

bilite a participação interactiva, com participação mútua entre os utilizadores, em tempo real, isto é, em simultâneo. Pois o espaço apenas permite a troca de mensagens escritas, o que provoca um desfasamento entre o tempo de recepção e resposta. Os *chats* são mais eficazes nesse sentido. Se houvesse possibilidade de haver trocas em tele-presença, o grau de interactividade seria maior, pois os intervenientes participariam em simultâneo, o fluxo de comunicação seria maior, uma vez que sucedia em tempo real e através de comunicação visual, isso permitiria uma envolvimento muito maior, dado o vídeo ser um meio quente.



Parlamento

- > Presidente
- > Deputados e Grupos Parlamentares
- > Comissões Parlamentares
- > Intervenções e Debates
- > Fiscalização Política
- > Actividade Parlamentar e Processo Legislativo
- > Assuntos Europeus
- > Relações Internacionais
- > Orçamento do Estado e Contas Públicas
- > Revisões Constitucionais
- > Diário da Assembleia da República
- > Orçamento da Assembleia da República
- > Gestão do Parlamento
- > Arquivo e Documentação
- > Legislação
- > Livraria Parlamentar
- > Espaço Cidadão

Espaço Cidadão

Página Inicial > Espaço Cidadão

espaçocidadão

Assista, participe, interaja - a sua opinião conta!

Este espaço é dedicado a todos os que de forma activa querem participar na actividade parlamentar.

Disponibilizamos um conjunto de serviços e informações por forma a fomentar o exercício da cidadania e a partilha de conhecimento apelando à participação dos cidadãos.

correcidadão
Interaja com o Parlamento

contactos
Envie a sua mensagem à Assembleia da República

actividade parlamentar
Participe de forma activa!

visitas: assembleia
Conheça o Palácio de S. Bento, assista às reuniões Plenárias e visite a Livraria Parlamentar

© Assembleia da República - 2014

The screenshot shows a web interface titled 'Correio do Cidadão'. Below the title is a breadcrumb trail: 'Página Inicial > Correio do Cidadão'. The main section is titled 'Enviar e-mail' and contains the following fields and controls:

- Para:** Centro de Informação ao Cidadão e Relações Públicas
- Âmbito:** A dropdown menu.
- Nome:** A text input field.
- O seu e-mail:** A text input field.
- Assunto:** A text input field.
- Mensagem:** A large text area for the email body.
- Anexos:** Two buttons: 'Novo Anexo' and 'Apagar Seleção'.

O espaço «Correio do Cidadão», permite o envio de mensagens, em que o cibernauta tem de identificar-se através do nome e do e-mail. A ciberidentidade fica, assim, assegurada pelo e-mail, que é também a forma de ter retorno sobre a sua mensagem, que pode ser um pedido de esclarecimento, ou uma sugestão.

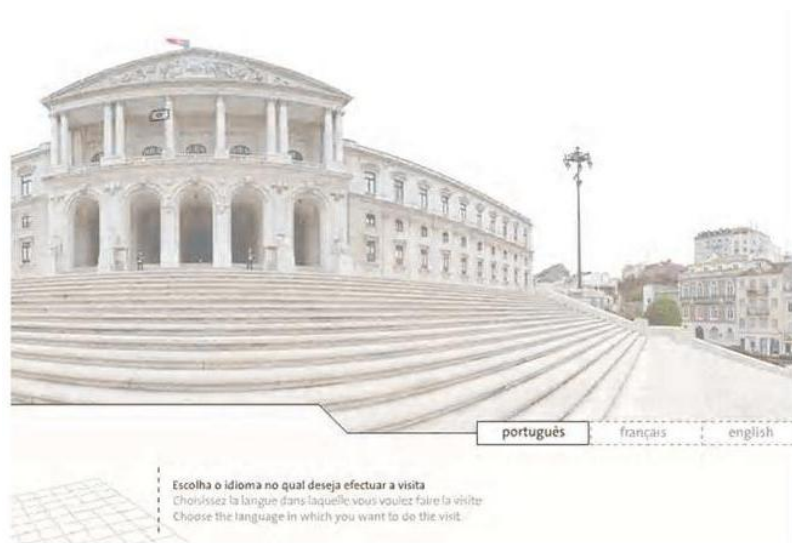
No ciberespaço «Actividade Parlamentar», que tem como *slogan* «Participe de forma activa!» inclui espaços participativos para os cidadãos: Direito de Iniciativa Legislativa dos Cidadãos, Apreciação Pública de Diplomas, Fóruns de Discussão, Direito de Petição, Envie a sua Petição, Blogs, Páginas Pessoais. Nestes, os cidadãos podem participar inclusivamente com ideias que tenham em vista alterar a legislação, a propósito de determinados interesses que podem ser individuais ou colectivos. Isto expressa bem o direito democrático de liberdade, que após ser avaliado pelas entidades competentes, tende a equilibrar essa liberdade com a justiça. Os blogs e as páginas pessoais são os ciberespaços que permitem a interacção entre os cibercidadãos e os actores políticos, nomeadamente os deputados que adoptaram estes espaços para interagir.

A possibilidade dos cidadãos poderem enviar uma petição, incentiva à participação. No *site* podem ser consultadas as petições enviadas desde Setembro de 2010, bem como o andamento do processo, inclusivamente as que foram recusadas por não obedecerem às regras de participação, as que estão a ser analisadas pelas devidas Comissões e as que já foram concluídas, sendo que algumas delas deram origem a Projectos de Lei e a alterações da legislação. Este espaço vem a melhorar a participação dos cidadãos, na medida em que abre mais uma possibilidade de comunicação e exposição dos interesses da cidadania, estendendo a Democracia ao ciberespaço. Este é o princípio técnico da Ciberdemocracia, a transponibilidade do espaço físico e, conseqüentemente, a transformação do decurso dos acontecimentos, que ganham os contornos do meio pelo qual fluem.

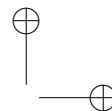
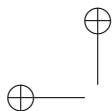


Em cima vemos a imagem do *blog* de um deputado socialista, que aproveitou este ciberespaço para comunicar com os cidadãos. Os *blogs* são excelentes meios de interacção, podendo incluir diversos elementos multimédia que tornam a dinâmica de informação mais atractiva. Uma vez que pode misturar os meios frios com os quentes. Os «diários de bordo» são, por isso, excelentes veículos para os políticos sondarem as opiniões diversas e criar o seu próprio jornal, para além de poderem reunir apoiantes.

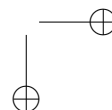
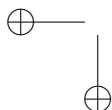
O ciberespaço «Contactos» contém os contactos dos principais serviços da AR, bem como dos Grupos Parlamentares e dos deputados. O último espaço intitulado «Visitas Assembleia» contém as informações acerca dos horários de funcionamento das actividades parlamentares, do material disponível na biblioteca, da livraria e ainda é possível fazer uma visita virtual às instalações da AR. Uma experiência que permite simular uma visita real ao Palácio de São Bento, através de vídeos e imagens, contendo um texto com a descrição dos lugares e a sua história.



No que concerne à relação *Utilizador-para-utilizador*, a comunicação interpessoal pode ocorrer num ou nos dois sentidos, variando entre um controlo



alto e baixo. Deste modo, quando a comunicação ocorre num só sentido, do emissor para o receptor, o controlo da comunicação por parte do utilizador é baixo, é um «monólogo», não existe *feedback*, já quando este é possível, isto é, quando o receptor tem oportunidade de responder ao emissor, ainda que a comunicação se dê num só sentido, o controlo da comunicação por parte do utilizador é alto. Neste caso, verificamos que o que existe é um «diálogo respondente», onde emissor e receptor recebem e emitem mensagem, o nível de controlo é baixo, pois o emissor tem sempre mais controlo porque foi o primeiro a iniciar a troca. Ou seja, no caso de se gerar um debate, nos casos em que há contributos e respostas por parte dos cibernautas, o primeiro utilizador tem um controlo elevado, mas o segundo não. Como vimos, McMillan diz que só *chats* ou conversas em tempo real, isto é num «diálogo mútuo», é que existe um controlo igualitário dos participantes. Neste caso, quem consulta o *site* e não participa, ao ler as mensagens colocadas pelos participantes, o leitor torna-se num receptor passivo, a comunicação ocorre num só sentido, é um monólogo. Mas no fórum de debate, se o receptor da mensagem intervir, então gera-se um diálogo, mas que neste caso é apenas responsivo, seguindo uma sequência de mensagens que segue a mensagem anterior.



Espaço Cidadão

Página Inicial > Espaço Cidadão > FÓRUM - Espaço de discussão interactiva

FÓRUM - Espaço de discussão interactiva

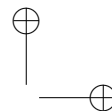
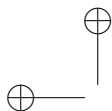
[Regras de Participação](#)

Título	Contributos	Estado
DEBATE "APOIO DO ESTADO AOS ESTABELECIMENTOS DO ENSINO PARTICULAR E COOPERATIVO"	15	A Decorrer 2011-03-02 a 2011-03-25
DEBATE "Projecto de Lei n.º 461/XI/2.ª (CDS-PP) - 1.ª Alteração ao Decreto-Lei n.º 70/2010, de forma a retirar as Bolsas de estudo e de formação para efeitos de verificação da condição de recursos."	1	Encerrado 2011-01-07 a 2011-01-24
DEBATE "ESTATUTO DA CARREIRA DOCENTE - Propostas de alteração do BE e do PCP no âmbito das apreciações parlamentares 52/XI e 56/XI"	2	Encerrado 2010-10-20 a 2010-11-19
DEBATE "Manuais Escolares"	1	Encerrado 2010-10-14 a 2010-11-03
DEBATE "Proposta de Lei n.º 14/XI/1.ª (GOV), Projectos de Lei n.ºs 180/XI/1.ª (CDS-PP), 183/XI/1.ª (PCP) e 191/XI/1.ª (PSD) e 239/XI/1.ª (BE), respeitantes à alteração do Estatuto do Aluno"	0	Encerrado 2010-05-21 a 2010-05-31
DEBATE "Proposta de Lei 11/XI - Procedê à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 15/95, de 24 de Janeiro, em matéria de exercício da actividade de agente de Propriedade Industrial"	0	Encerrado 2010-04-29 a 2010-06-03
DEBATE "Apreciações Parlamentares n.ºs 2 (BE), 6 (PCP), 22 (CDS-PP) e 24 (PSD) "Procede à alteração do Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho"	15	Encerrado 2009-12-11 a 2010-01-04
DEBATE "Apreciações Parlamentares n.ºs 5 (PCP) e 13 (BE) - Decreto-Lei n.º 205/2009, de 31 de Agosto, que "Procede à alteração do Estatuto da Carreira Docente Universitária, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 448/79, de 13 de Novembro"	1	Encerrado 2009-12-11 a 2010-01-04

CONTRIBUTOS DOS CIDADÃOS Respostas ao contributo

<input type="checkbox"/> ESCOLARIDADE BÁSICA / GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO (maria isabel rosa, 2004-02-13)	0
<input checked="" type="checkbox"/> Continuo a não perceber (Ermelinda Almeida, 2004-02-11)	2
<ul style="list-style-type: none"> • O 25 de Abril ocorreu há mais de 30 anos. Onde está a liberdade de escolher na educação? (Fernando Adão da Fonseca, 2004-02-20) • também não percebo ... tudo (V, 2004-02-12) 	
<input type="checkbox"/> Ensino Superior (AEISGB - Máio Rui Mota, 2004-02-09)	0

- a) Na relação *Utilizador-para-documentos* – que é a forma como as audiências activas interpretam e utilizam as mensagens dos *media*. O «Espaço Cidadãos» permite a participação na colocação de Petições, que poderão gerar Projectos de Lei e quem sabe até alterar a legislação portuguesa. Nesse sentido, poderíamos dizer que este tipo de interacção permite aos cibercidadãos a co-criação de conteúdos, que estariam depois disponibilizados no portal da AR, para além de desencadarem acções no procedimento das avaliações legislativas e nos processos jurídicos. Neste caso, o controlo do utilizador é alto e a sua natureza é activa e não passiva.



Tendo em conta os critérios de nível de controlo (baixo/alto) e a natureza passiva ou activa da audiência, McMillan diferencia o «conteúdo empacotado» no caso dos documentos inseridos no portal, em que os utilizadores até podem fazer *download*, o «conteúdo a pedido», a «troca de conteúdo», quando o cibernauta inclui conteúdos da sua autoria e a «co-criação de conteúdo», que já referimos.

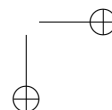
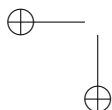
Na relação *utilizador-para-sistema*, encontramos os três tipos de interacção descrita por McMillan, a «interacção baseada no computador», em que a comunicação é unidireccional e apenas a máquina transmite informação ao utilizador e a transparência do interface é apenas aparente, em todo o portal onde apenas é exposta a informação; a «interacção baseada no homem» permite ao receptor emitir uma resposta nos espaços que permitem o envio de mensagens dos utilizadores. O centro de controlo é o homem, mas o interface é aparente também. A «interacção adaptável», em que o emissor e o receptor trocam de papéis, o centro de controlo reside na máquina, mas o interface é transparente, no caso do fórum.

No que concerne ao universo de participantes, verificamos que a maioria das pessoas se identifica, nos contributos que dá no espaço do portal analisado, 95,8%. Na sua maioria são indivíduos do sexo masculino, 72,5% e 18% do sexo feminino, sendo que 0,4% eram entidades plurais, tais como associações, ou grupos de pessoas e os restantes 3,5% não estavam identificados por género.

Em relação à participação geográfica, nota-se que a maioria dos participantes eram residentes no litoral do país, na região da Grande Lisboa, no Grande Porto e no Centro Litoral.

Nas respostas dadas aos contributos, o universo de participantes confirma as características daqueles que deram um contributo.

Estes resultados revelam que os cibernautas que participam em espaços abertos à opinião dos cidadãos não têm qualquer problema em identificar-se, são maioritariamente do sexo masculino, o que revela a tendência de cibernautas que navegam na rede e que, em Portugal, os participantes localizam-se mais no litoral do que no interior do país.



Conclusão

As TICs abrem possibilidades de melhorarmos o nosso futuro, o futuro da humanidade, o futuro da política, e de todos os sectores que digam respeito à vida humana. Disso não temos dúvidas. Mas também traz novos problemas, traz novos obstáculos que podem comprometer esse mesmo futuro.

Temos vindo a dizer que a Democracia é o regime que melhor se adapta às relações políticas e sociais da humanidade, mas que não devemos idealizar, apenas melhorar com os meios que temos ao nosso alcance.

E, por isso devemos aproveitá-los em prol da nossa subsistência e não da nossa destruição, pois ele é o melhor regime para manter a ordem no mundo social, pois é essa ordem que é o “bem-comum” dos homens. A regularidade e a distribuição das partes no todo são duas condições essenciais para manter a ordem. Dizemos, então, que a ordem persiste quando encontramos as coisas no lugar devido, caso contrário estariam desordenadas, fora do sítio. Mas não nos podemos esquecer que o homem é livre, no entanto a liberdade de cada indivíduo está dependente da ordem e da justiça, pois não haveria maior desordem que a tirania, ou a injustiça. Assim, a harmonia entre estes elementos encontra-se na Democracia e são, pois, estendidos e alargados na Ciberdemocracia.

Webgrafia

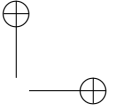
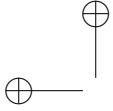
Site da Assembleia da República, disponível em: www.Parlamento.pt
[Consultado em Março de 2011];

Bibliografia

Benjamim, Walter, *Sobre Arte, Técnica, Linguagem e Política* (1992), Lisboa: Relógio d'Água Editores.

Coleman, Stephen, *Cutting out the middle man: virtual representation to direct deliberation*, in Loader, Brian, & Hague, B., *Digital Democracy, Discourse and Decision Making in the Information Age* (2002), New York: Routledge.

- Corbato, & Fano, *Time sharing on computers*, in *A Scientific American Book* (1966), San Francisco: Scientific American.
- Habermas, Jürgen, *The Structural Transformation of the Public Sphere* (1962) Cambridge: MIT Press.
- Hacker, Kenneth & Van Dijk, *Digital Democracy, Issues of Theory and Practice* (2000), CA, USA: Sage Publications.
- Lévy, Pierre, *Ciberdemocracia* (2003), Lisboa: Instituto Piaget.
- Loader, Brian, & Hague, B., *Digital Democracy, Discourse and Decision Making in the Information Age* (2002), New York: Routledge.
- Locke, Trevor, *Participation, inclusion, exclusion and netactivism: how the internet invents new forms of democratic activity*, in Loader, Brian, Barry, A., *Digital Democracy, Discourse and Decision Making in the Information Age* (2002), London and New York: Routledge.
- Malina, Anna, *Perspectives on citizen democratisation and alienation in the virtual public sphere*, in Loader, Brian, & Hague, B., *Digital Democracy, Discourse and Decision Making in the Information Age* (2002), New York: Routledge.
- McChesney, Robert W., *Rich Media, Poor Democracy, Communication Politics in Dubious Times* (1999), University of Illinois Press.
- McMillan, Sally J., *Exploring models of interactivity from multiple research traditions: users, documents and systems*, in Leah A. Lievrouw, Sonia Livingstone (org.), *Handbook of New Media. Social Shaping and Consequences of ICTS* (2002), London: Sage.
- Moore, R., *Democracy and Cyberspace*, in Loader, Brian, & Hague, B., *Digital Democracy, Discourse and Decision Making in the Information Age* (2002), New York: Routledge.
- Nixon, Paul & Johansson, H., *Transparency through technology: the internet and political parties*, in Loader, Brian, & Hague, B., *Digital Democracy, Discourse and Decision Making in the Information Age* (2002), New York: Routledge.



Serra, J. Paulo, *Internet e interactividade*, in Eduardo Camilo (Ed.), *Informação e Comunicação Online, Volume II – Internet e Comunicação Promocional* (pp. 13-30) (2003), Covilhã: Universidade da Beira Interior.

Wihelm, Anthony, *Virtual sounding boards: how deliberative is online political discussion?* In Loader, Brian D., *Digital Democracy and Decision Making in the Information Age* (2002), London: Routledge.

